Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DO PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO (PRONAME) – 15 DE ABRIL DE 2025

Às dezoito horas do dia quinze de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se o Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) por videoconferência, na plataforma do MS Teams. Na ocasião, estiveram presentes: Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Conselheiro do CNJ e presidente da Comissão Permanente de Gestão Documental e de Memória do Poder Judiciário; Ana Lúcia Andrade de Aguiar, juíza auxiliar da Presidência (CNJ) e coordenadora do Comitê do Proname; Ingrid Schroder Sliwka, juíza federal (TRF4); Carlos Alexandre Böttcher, juiz de direito (TJSP); Cristiano Menezes Alvares, servidor público (TJDFT); Eduardo dos Santos Rocha, servidor público (TRT2); Eneida Pimentel Barreto, servidora pública (GAB-JUI TRT/CNJ); Ezequiel Pereira de Sales, servidor público (TJ/CE); Gilberto de Souza Cardoso, servidor público (TJ/RJ); Luciana Rodrigues da Silva Castro, servidora pública (COIN/CNJ); Luciane Baratto Adolfo, servidora pública (TJRS); Pâmela Tieme Barbosa Aoyama, servidora pública (COIN/CNJ); Reginaldo Pereira de Matos, servidor público (TST); Rodrigo Franco de Assunção Ramos, servidor público (COIN/CNJ); Tassiara Jaqueline Franck Kich, servidora pública (Justiça Federal do Rio Grande do Sul). Verificada a presença da maioria absoluta dos membros do Comitê Gestor do Proname, a juíza auxiliar da Presidência do CNJ e coordenadora do Comitê do Proname, Ana Lúcia Andrade de Aguiar, cumprimentou os presentes e iniciou a reunião. O servidor Gilberto de Souza Cardoso pediu a palavra e pontuou se seria adequada a sua participação na reunião em razão da candidatura do TJ/RJ para sediar o encontro. A juíza Ana Lúcia Andrade de Aguiar solicitou que ele seguisse na reunião até a definição sobre a aceitação ou não da candidatura do TJ/RJ e solicitou ao juiz Carlos Alexandre Böttcher que realizasse uma breve explanação do parecer sobre as candidaturas. O juiz Carlos Alexandre Böttcher apresentou um panorama geral sobre as inscrições, abordando aspectos positivos e negativos das candidaturas para sediar o Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (ENAM) em 2026. Conforme já registrado no parecer, sugeriu a desclassificação de duas inscrições, a primeira do ofício enviado pelo TRT10 por não se tratar efetivamente de inscrição e a do TJ/RJ em razão de envio do ofício fora do prazo regulamentar, previsto na Portaria CNJ n. 80/2022. Ao final, manifestou seu voto na candidatura do TJ/PA. A juíza Ana Lúcia Andrade de Aguiar agradeceu a explanação e consultou se haveria algum membro interessado em se manifestar. A juíza Ingrid Schroder Sliwka pediu a palavra e manifestou sua concordância com as desclassificações do TRT10 e do TJ/RJ. Ponderou que a inscrição do TJ/PA não tratou em detalhes sobre os outros Tribunais participantes da inscrição. Salientou também que um critério, no caso o da alternância regional, não deve preponderar sobre os demais. Destacou que a inscrição do TJ/BA cumpriu o requisito da inscrição coletiva de forma mais completa por inserir também o ramo da justiça federal. Por fim, salientou que, caso a inscrição do TJ/PA seja a escolhida,

seria a segunda edição do Encontro sem a efetiva participação da justiça federal. O juiz Carlos Alexandre Böttcher pontuou que, de fato, não há preponderância entre os requisitos previstos nos sete incisos da portaria. Destacou que a escolha do TJ/PA seria salutar pela alternância regional com a presença do evento na região norte do país e também pelo fato da inscrição ter cumprido todos os requisitos da portaria. O servidor Eduardo dos Santos Rocha informou que as duas candidaturas que mais se destacaram, em sua opinião, foram as do TJ/BA e do TJ/PA. Destacou que a candidatura do Pará demonstrou comprometimento e se esforçou para cumprir todos os requisitos e votou na candidatura do TJ/PA. A juíza Ana Lúcia Andrade de Aguiar proferiu seu voto na candidatura do TJ/PA e sugeriu contato com o Tribunal para recomendar que houvesse um incremento nos tribunais participantes na candidatura. O Conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha cumprimentou a todos e informou estar acompanhando a reunião. A juíza Ana Lúcia Andrade de Aguiar instou os demais membros a manifestarem os seus votos. O servidor Rodrigo Franco de Assunção Ramos votou na candidatura do TJ/PA. O servidor Reginaldo Pereira de Matos votou na candidatura do TJ/PA. O servidor Ezequiel Pereira de Sales votou na candidatura do TJ/PA destacando a relevância da alternância regional. O servidor Cristiano Menezes Alvares votou na candidatura do TJ/PA destacando que o critério de alternância regional é relevante e, em caso de eventual empate, poderia ser utilizado para escolha do vencedor. O servidor Gilberto de Souza Cardoso frisou que o critério de alternância regional é interessante e votou na candidatura do TJ/PA. A servidora Luciane Baratto Adolfo votou na candidatura do TJ/PA destacando ser interessante considerar também os outros critérios na avaliação das próximas edições. A juíza Ana Lúcia Andrade de Aguiar indagou se o Conselheiro Alexandre gostaria de se manifestar. O Conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha votou na candidatura do TJ/PA destacando a importância da alternância regional e também a realização do evento internacional na cidade de Belém/PA em 2025. A servidora Tassiara Jaqueline Franck Kich votou na candidatura do TJ/PA. A servidora Pâmela Tieme Barbosa Aoyama votou na candidatura do TJ/PA. O juiz Carlos Alexandre Böttcher informou que o evento internacional da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 - COP 30 foi citado no ofício de inscrição pelo TJ/PA. A juíza Ana Lúcia Andrade de Aguiar sugeriu ao Conselheiro Alexandre a realização contato com o TJ/PA durante a realização do 5º ENAM para buscar a integração com os outros ramos da justiça não incluídos na inscrição. O juiz Carlos Alexandre Böttcher recordou que na inscrição do TJ/PA já estão definidas as participações das justiças eleitoral e trabalhista e que faltaria apenas a interlocução com a justiça federal. O Conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha manifestou concordância com esse contato destacando ser relevante a participação dos ramos da justiça na realização do evento, especialmente em razão de eventual escolha temática para a próxima edição do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário. A juíza Ingrid Schroder Sliwka pontuou ser importante a aproximação da Justiça Militar na organização do evento. Frisou também que tanto a justiça do trabalho como a justiça federal trabalham com o tema da escravidão com a questão da redução à condição análoga à escravidão e que a participação de outros ramos de justiça poderia ampliar os horizontes sobre a matéria. A Coordenadora do Proname, Ana Lúcia Andrade Aguiar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos.

Documento assinado eletronicamente por **ANA LÚCIA ANDRADE DE AGUIAR**, **JUÍZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, em 22/05/2025, às 15:35, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **2187360** e o código CRC **2EED43DE**.